

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.921 - RS (2019/0301135-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : MAICON RENCK ALVES**  
**ADVOGADO : MARISTELA CELESTE DE ARAÚJO RODRIGUES - RS057472**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MAICON RENCK ALVES, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL assim ementado (fl.173):

HABEAS CORPUS.

DELITO DE NARCOTRÁFICO, DENTRE OUTRO.

Verifica-se que o paciente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do delito de tráfico de drogas, obtendo o auto respectivo a homologação judicial, o que possui previsão constitucional (artigo 5º-LXI, da CF).

A mesma decisão, de modo fundamentado, converteu aludido flagrante em preventiva, como forma de garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, evitando a reiteração da prática de novos delitos.

O delito de tráfico imputado ao paciente prevê a pena máxima superior a quatro anos de reclusão, de modo que cabível a decretação da preventiva com base no artigo 313 – I, do CPP.

Ainda, afastada a possibilidade de aplicação de alguma das medidas cautelares introduzidas pela Lei nº 12.403/11, diante de sua notória insuficiência e inadequação para o delito de que tratam os autos.

Alegação de provável aplicação da redutora do § 4º do artigo 33 da lei de Drogas, com as benesses daí decorrentes, constitui, no momento, mera conjectura.

Predicados pessoais favoráveis não constituem obstáculo à manutenção da custódia prévia, nem atenta esta contra o princípio constitucional da presunção de inocência.

Assim, não resta outra alternativa a não ser a denegação da ordem, uma vez que o paciente não sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção.

A decisão vergastada se mostra adequada e não enseja alteração, mostrando-se formalmente perfeita.

No caso, prestigiando a visão privilegiada da autoridade apontada como coatora, próxima dos fatos e das pessoas nele envolvidas, é que, reitero, resta denegada a ordem.

Ausência de constrangimento ilegal.

ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 3/8/2019 pela prática dos delitos dos arts. 33 e 35, ambos da Lei de Drogas, cuja custódia

foi convertida em preventiva.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente recurso, em que o recorrente sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea a embasar o decreto preventivo, requerendo, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para deferir-se a liberdade provisória, expedindo-se alvará de soltura.

A liminar foi indeferida (fls. 252-255).

As informações foram prestadas (fls. 258-292).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não provimento do recurso (fls. 296-299).

É o relatório.

DECIDO.

Alega a defesa a ausência de fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, requerendo a concessão da ordem para deferir-se a liberdade provisória, expedindo-se alvará de soltura.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional restou assim fundamentado (fls. 81-84):

No presente caso, constato estarem presentes os pressupostos, haja vista que tanto a prova da existência do crime de tráfico quanto os indícios preliminares da autoria - **em relação aos autuados MAICON e THALITA - restaram evidenciados, através da comunicação de ocorrência, bem como dos depoimentos prestados pelos policiais militares, além do auto de apreensão da droga, no caso, 02 tijolos de cocaína, pesando, respectivamente 1.016,00 gramas e 1.018,00 gramas, totalizando, portanto, mais de 02 Kg de cocaína, drogas que estavam escondidas no veículo em que localizados os autuados.**

Veja-se que, além da quantidade da droga, indicar, em tese, finalidade comercial, tem-se que estava sendo o entorpecente trazido da região metropolitana da Capital gaúcha até esta Cidade da daquela região a fim de abastecer municípios interioranos.

Por outra, a autuada THALITA, no flagrante, acompanhada por advogado, esclareceu que trazia a droga para Santa Maria/RS, sendo que a pessoa para quem deveria a autuada entregar a droga nesta Cidade a teria mandado pegar o autuado MAICON perto da Canoas/RS, sendo que este estaria vindo pegar um carro.

Já MAICON afirma que estaria vindo à Santa Maria/RS pegar um veículo e que não conhece a autuada THALITA, todavia, quando apareceram as viaturas policiais a conduzida THALITA teria jogado as drogas para trás (do veículo) e o

depoente é quem teria escondido as substâncias.

Ambos os autuados afirmaram que o conduzido FÁBIO estaria apenas fazendo uma corrida "de Uber".

Já o autuado FÁBIO alegou que estaria fazendo uma corrida da região metropolitana até Santa Maria/RS, mas não teria envolvimento no tráfico, sendo que, próximo à abordagem, teria vindo que THALITA pegar dois tijolos que estavam dentro da bolsa dela, passando-o para o autuado MAICON, que os escondeu.

**Logo, em relação aos conduzidos MAICON e THALITA há evidências preliminares de eventual envolvimento com o tráfico de entorpecentes, pois THALITA afirma que trazia a droga para Santa Maria/RS, ao passo que MAICON - ainda que tente alegar absoluta desvinculação com o agir de THALITA - foi o indivíduo que, dentro do veículo, ao perceber a iminência da abordagem policial, teria recebido os tijolos de cocaína de THALITA, escondendo-os, tanto que localizados, efetivamente, na parte do banco traseiro do carro, onde estava o autuado MAICON, escondidos.**

Atinente à necessidade da segregação, ou seja, o periculum libertatis, reside na gravidade acentuada do fato, pois diz respeito a crime, em tese, de tráfico de entorpecentes que, via de regra, envolve repetição de atos, portanto, a manutenção da prisão mostra-se necessária, mormente quando cediço que a traficância

funciona como mola propulsora para o cometimento de outros delitos, como roubos, furtos, homicídios, evidenciando o agir envolvendo o comércio ilícito de drogas a periculosidade concreta do agente.

**De mais a mais, quanto ao autuado MAICON, registra 06 (seis) procedimentos por envolvimento com crimes de tráfico de entorpecentes e/ou associação para o tráfico (conforme certidão de antecedentes judiciais acostadas) - além do presente flagrante - tudo a revelar que eventual liberdade serviria como estímulo à reiteração delituosa.**

De mais a mais, ainda que a prisão, por si só, não significa medida isolada no combate à criminalidade, pois a questão passa obrigatoriamente pelo aspecto socioeconômico, todavia, em certas situações, a segregação, incluindo a prisão ante tempus, mostra-se efetivamente necessária, mormente para conter o ímpeto delitivo de certos indivíduos que desconhecem, por completo, os limites impostos pela vida em sociedade.

Ou seja, ainda que seja a prisão ante tempus medida excepcional, é autorizada pela lei (art. 312 e 313 do CPP) e pela própria Constituição Federal (art. 5º, LXI), e as Cortes Superiores já consagraram o entendimento de que ela não viola o princípio constitucional do estado de inocência (art. 5.5. LVII), com o que descabe falar que ela traduziria uma antecipação da pena em caso de condenação.

Logo, a prisão preventiva não fere normas ou princípios constitucionais, como já decidiram os tribunais superiores, desde que obviamente se façam presentes, no caso debatido, os requisitos processuais a autorizar a adoção de drástica medida. Ora, ao lado do princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, da

CF) e da garantia da liberdade (art. 5º, caput. da CF), tem-se a garantia constitucional da segurança, enquanto direito social dirigido a coletividade, conforme disposto no Capítulo II, art. 6º, da CF de 1988. Ademais, o próprio art. 5º, no seu inciso LXI, excepciona os princípios de inocência presumida e da liberdade em caso de prisão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

Por tudo, tenho que a prisão preventiva, neste momento, mostra-se necessária

Como se vê, consta da decisão de prisão circunstância fática que demonstra a gravidade concreta do crime, em face da expressiva quantidade de drogas apreendidas, tratando-se de mais de 2 quilos de cocaína (fl. 81). Além disso, consta também a reiteração delitiva, evidenciada pelo fato de que *quanto ao autuado MAICON, registra 06 (seis) procedimentos por envolvimento com crimes de tráfico de entorpecentes e/ou associação para o tráfico (conforme certidão de antecedentes judiciais acostadas) - além do presente flagrante.*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator